



# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

SUBEMENDA Nº 1 A EMENDA Nº 1, DE 2021, AO PROJETO  
DE LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL

Recebido em: 29/10/21

Emenda modificativa.

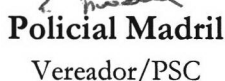
Protocolo

Modifica o *caput* do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 7, de 2021, que passa a ter a seguinte redação:

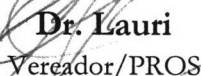
“Art. 1º Fica temporariamente reduzida para 2,5% (dois virgula cinco por cento) a alíquota referente ao Imposto Sobre Serviços – ISS, incidente sobre atividades previstas nos itens 6.04, 9.01, 12.01, 12.02, 12.03, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.11, 12.12, 12.13, 12.14, 12.16, e 12.17 da lista de serviços constante no art. 158 da Lei Complementar nº 1, de 30 dezembro de 2001.”

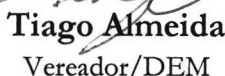
É a Emenda. Sala das Sessões.  
Cascavel, 19 de outubro de 2021.

  
**Serginho Ribeiro**  
Vereador/PDT

  
**Policial Madril**  
Vereador/PSC

  
**Professora Liliam**  
Vereadora/PT

  
**Dr. Lauri**  
Vereador/PROS

  
**Tiago Almeida**  
Vereador/DEM

  
**Beth Leal**  
Vereadora/REP

Justificativa.

A pandemia de Covid-19 foi destrutiva para a economia global e devastou milhares de empresas e empreendimentos ao redor do mundo, o que levou o planeta a uma severa recessão econômica, desemprego e elevação da pobreza em toda a terra.

Especialmente os mais pobres, pequenos e médios empresários foram os que mais sofreram com os impactos econômicos da pandemia. Milhões de postos de trabalho em todo o mundo foram encerrados, milhões de famílias perderam seu sustento de forma inesperada e, os pequenos e médios empreendedores foram severamente impactados, pois não possuíam condições de arcar com as suas responsabilidades e ainda perderam seu sustento e renda.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, somente no ano de 2020, o Produto Interno Bruto retraiu 4,1% em relação ao exercício de 2019. O setor mais impactado foi o de serviços, que sofreu retração de 4,5%, o que evidencia o desastre e colapso





# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

econômico que a área sofreu somente ano passado. <sup>1</sup> Ainda, segundo o IBGE, a receita nominal e volume de serviços registrou retração acumulada, em relação aos 12 meses anteriores, até o mês de maio deste ano, com queda de 2,1%. Somente em junho passou a ser registrada alta acumulada, com valores ainda muito modestos em relação a 2019, tendo em vista que 2020 a queda foi profunda devido a pandemia da Covid-19, o que pressionou para baixo o parâmetro para análise do setor. Ou seja, mesmo com alta registrada nos últimos quatro meses, ainda o setor de serviços está muito aquém dos seus anos gloriosos<sup>2</sup>.

Ora, está mais que evidenciado que o setor de serviços, o qual compreende academias, bares e restaurantes, casas noturnas, shows, espetáculos e congêneres foi severamente impactado pelos aspectos econômicos da pandemia da COVID-19. Não restam dúvidas que a capacidade de novos investimentos, contratação de pessoal e geração de empregos, geração de riquezas e o pagamento de impostos e dívidas estão em risco. Os impostos e burocracia em condições normais já representam dificuldades na operação de uma empresa, em tempos de pandemia eles inviabilizam a continuação da operação dessas companhias que são vitais para a economia cascavelense.

É de largo conhecimento que os impostos municipais são diminutos em relação aos federais e estaduais, mas o Município pode e deve fazer sua parte e construir mecanismos e ferramentas para auxiliar estes negócios a permanecerem em atividade. A redução temporária de alíquota do ISS de 5% para 2,5% representa grande ajuda para o setor de entretenimento e lazer e contribuirá para a saúde financeira dos pequenos e médios empresários, auxiliará na manutenção do emprego e combaterá o crescimento da pobreza que assola nossa cidade neste período conturbado.

Esta proposta de emenda claramente segue o mesmo intuito e objetivo do projeto de lei complementar e não o altera em sua essência, ao contrário, amplia a concessão de benefícios e o estende para setores que comprovadamente foram afetados pela pandemia, conforme dados do IBGE elencados acima.

Para trazer clareza sobre os setores que serão beneficiados com a alteração temporária nas alíquotas que constam nas tabelas do art. 158, do CTM, iremos descrever item por item quais serão os grupos favorecidos com a mudança- além do setor hoteleiro na proposta inicial - são eles:

Art. 158 [...]

Lista de Serviços e Alíquotas

[...]

6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

[...]

9 - Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

<sup>1</sup> Agência de notícias do IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes>. Data: 03/03/2021

<sup>2</sup> <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9229-pesquisa-mensal-de-servicos.html?edicao=31874&t=destaques>. Agosto de 2021.





# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço, (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)

[...]

12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 - Espetáculos teatrais.

12.02 - Exibições cinematográficas.

12.03 - Espetáculos circenses.

[..]

12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 - Shows, balé, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.

[..]

12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 - Execução de música.

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, balé, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

[...]

12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

A proposta de emenda simplifica a redação do *caput* do art. 1º do texto, na atual redação é descrito integralmente o grupo de hotelaria que consta no item 6.04, do art. 158, do CTM, no entanto, como esta proposta amplia o número de grupos ficaria extenso em demasiado a redação do art. o que inviabilizaria uma boa leitura do texto e interpretação correta.

Pode-se inadvertidamente se alegar vício de ordem orçamentária e técnico, pela proposta apresentada não conter o ordenador de despesa e o impacto orçamentário da redução de arrecadação do tributo no ano da aplicação do benefício e nos dois subsequentes, conforme preconiza o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000. Porém, no dia 15 de março deste ano, foi publicada a Emenda Constitucional nº 109, de 2021, que alterou diversos dispositivos constitucionais que tratam da saúde financeira da União, Estados e Municípios, bem como estabeleceu regras excepcionais em períodos de calamidade pública decorrentes de pandemias.

Entre as mudanças e novas regras criadas foi estabelecido uma espécie de relativização das imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal. O art. 167-D de nossa Carta Magna dispõe que:





# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

"Art. 167-D. As **proposições legislativas** e os atos do Poder Executivo com propósito **exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas, com vigência e efeitos restritos à sua duração**, desde que não impliquem despesa obrigatória de caráter continuado, **ficam dispensados da observância das limitações legais** quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à **concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita**. (grifo nosso)

Ora, o dispositivo constitucional é muito claro em dizer que concessão ou ampliação de benefícios de natureza tributária são dispensados de limitações legais, isso abrange inclusive as restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, é dispensado a apresentação do impacto orçamentário desta proposta e as demais regras esculpidas nos dispositivos do diploma legal.

Para afastar quaisquer dúvidas o art. 65. da Lei de Responsabilidade Fiscal, que também foi alterado recentemente, é muito claro em dizer:

Art. 65. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:

[...]

§ 1º Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos de decreto legislativo, em parte ou na integralidade do território nacional e enquanto perdurar a situação, além do previsto nos inciso I e II do caput:

[...]

III - **serão afastadas as condições e as vedações previstas nos arts. 14, 16 e 17 desta Lei Complementar, desde que o incentivo ou benefício e a criação ou o aumento da despesa sejam destinados ao combate à calamidade pública.** (grifo nosso)

Deve-se dizer que o Projeto de Lei Complementar nº 7, de 2021, apresentado pelo Executivo Municipal, se vale desta previsão do art. 65, da LRF, bem como da Emenda Constitucional 109, o primeiro inclusive consta na justificativa da proposta apresentada pelo Executivo Municipal.

Veja, a nossa Carta Magna e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o mantra do orçamento público brasileiro, abrem uma exceção muito clara de dispensa de apresentação das exigências do art. 14 da LRF. Tais exceções são condicionadas a duas regras bem claras: ocorrência de calamidade pública reconhecida e a concessão dos benefícios atingirem unicamente as consequências sociais e econômicas da calamidade reconhecida. É nesses preceitos e unicamente neles que o PLC nº 7, de 2021 foi apresentado, bem como esta proposta de emenda. Há estado de calamidade reconhecido até 31 de dezembro deste ano, bem como o texto inicial e esta proposta de emenda objetivam conceder renúncia tributária para setores claramente afetados pela pandemia, conforme demonstrados pelos dados do IBGE elencados acima.





# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

Afastadas as dúvidas de ordem técnico orçamentárias é preciso afastar a dúvida sobre a iniciativa da proposta. O Supremo Tribunal Federal já pacificou em decisão de Repercussão Geral que é de iniciativa concorrente matéria que dispõe sobre fixação de tributos e alteração de suas alíquotas, conforme decisão proferida no âmbito do Recurso Extraordinário com Agravo nº 743.480 – MG. Segue a decisão:

**REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO  
EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 743.480 MINAS  
GERAIS**

**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**

**RECTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
MINAS GERAIS**

**PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE  
MINAS GERAIS**

**RECDO.(A/S) : SALVADOR GOMES DUTRA**

**ADV.(A/S) : ARNOIDE MOREIRA FÉLIX E OUTRO(A/S)**

**INTDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DE NAQUE**

**ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**

Tributário. Processo legislativo. Iniciativa de lei. 2. Reserva de iniciativa em matéria tributária. **Inexistência.** 3. Lei municipal que revoga tributo. **Iniciativa parlamentar. Constitucionalidade.** 4. Iniciativa geral. **Inexiste, no atual texto constitucional, previsão de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo em matéria tributária.** 5. **Repercussão geral reconhecida.** 6. Recurso provido. Reafirmação de jurisprudência.

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, reputou constitucional a questão. O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada. No mérito, por maioria, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não se manifestou o Ministro Joaquim Barbosa. (grifo nosso)

Ora, é mais que evidente que o Legislativo pode propor matéria tributária, bem como propor alterações em matérias encaminhadas pelo Poder Executivo para apreciação das Casas de Leis, fenômeno que é objeto deste caso.

Após todas as dúvidas sobre iniciativa e de ordem orçamentária serem sanadas, bem como haver demonstrado interesse público nesta proposta de emenda, que visa a manutenção do emprego, geração de riquezas e renda em nosso Município, entendemos que é dispensado mais justificativas em torno da questão, e resta evidente sua pertinência, possibilidade, relevância social e econômica para sua aprovação. Portanto, contamos com o apoio dos nobres Edis e do Poder Executivo Municipal na admissão desta matéria. Sem mais para o momento, externamos nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

